Fecha Aspas: Márcio Lopes de Freitas

O cooperativismo brasileiro completa 100 anos no próximo dia 4 de dezembro. A data é marcada pela fundação da cooperativa de crédito Nova Petrópolis, que atua no Rio Grande do Sul. É um centenário de sucesso. Hoje são 7.619 cooperativas representando 5 milhões de associados em todo o país. São cooperativas de trabalho, agropecuárias, de transporte, habitacionais, de educação e outras atividades. Presentes em todas as regiões, com destaque para o Sudeste, geram cerca de 182 mil empregos e têm 6% de participação no produto interno bruto (PIB). No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o cooperativismo terá lugar de destaque. Por meio dele, Lula quer regular o mercado e distribuir renda. O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Lopes de Freitas, paulista, 42, não esconde seu entusiasmo e garante que ajudar no sucesso do próximo governo é, mais do que um dever legal, uma obrigação de cidadania. Uma das contribuições da OCB é o Programa Cooperativas Brasileiras contra a Fome, que atende a 8 mil crianças carentes e mil idosos em sete estados.

Estado de ESPÍRITO COLETIVO



Lopes de Freitas quer criar na OCB um centro de excelência ligado à área internacional

ÁUREA VARJÃO

O senhor dirige a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) desde maio de 2001. Que balanço é possível fazer de sua gestão?

— Somos uma rede formada hoje por 7.600 cooperativas, com a participação de 5 milhões de filiados em todo o país. Em Brasília, temos um braço dessa rede que acredita na mesma idéia, nos mesmos princípios e age nos mesmos conceitos de desenvolvimento econômico de maneira socialmente justa. Prefiro chamar a representação aqui de Casa do Cooperativismo. Somos a empresa de representação do cooperativismo brasileiro que mede sua eficiência, não pelos resultados econômicos, mas pelos estratégicos, pelas conquistas alcançadas. E o balanço está positivo. Conseguimos implantar uma estrutura de representação, em fase de consolidação, para que esse processo aconteça naturalmente, independentemente das pessoas que estejam na direção da OCB. A eficiência, maior ou menor, pode até depender dos dirigentes, mas o processo tem que estar estruturado. E tem que ser conhecido, ser claro para todo o cooperativismo e para a opinião pública. Dentro disso, estou satisfeito porque sua estrutura está montada. Agora é questão de jogar mais afinado para que os resultados sejam cada vez mais presentes.

Ao assumir a presidência da OCB, o senhor nos deu uma entrevista. Dizia então da necessidade de realizar um planejamento estratégico no coopera-

tivismo brasileiro. Esse propósito foi alcançado?

— Sim, conseguimos nosso objetivo. Criamos no sistema o hábito de pensar e agir estrategicamente, ter atitudes estratégicas. Conseguimos implantar essa mentalidade aqui na Casa do Cooperativismo e influenciar todos os que compõem o sistema OCB, que são os 26 estados e o Distrito Federal, a terem também em suas estruturações internas projetos estratégicos. Mas nosso planejamento não terminou, nem vai terminar nunca porque não é um projeto – é um pensar estrategicamente.

Em que estados as cooperativas mais se concentram?

— Temos exatamente 7.619 cooperativas. O maior número delas está na atividade de trabalho, 2.100, seguida pelo setor agropecuário, com 1.662, e de crédito, com 1.082. As regiões com mais cooperativas em funcionamento são o Sudeste e o Nordeste. São Paulo e Rio de Janeiro são os estados de maior destaque.



Qual a vantagem em ser um cooperativado? Qual o diferencial das cooperativas?

— Essa história de que a cooperativa é feita para dar vantagem foi criada em cima de sua utilização como ferramenta de política pública. Foi uma tática dos governos passados, principalmente na época dos militares. Eles utilizaram as cooperativas para fazer crédito rural, extensão rural e outras políticas. E elas se prestaram a isso, sendo associações de "cooperados de vantagem". Ia-se à cooperativa porque lá se conseguia crédito rural, assistência técnica gratuita. Isso foi nas décadas de 70 e 80. Com a visível falência dessas políticas, as cooperativas deixaram de ter essa "vantagem". Hoje, a visão é totalmente diferente. O associado vai procurar a cooperativa, não para buscar vantagens, mas para, por meio do associativismo, do ato da cooperação e da solidariedade, desenvolver ações que em conjunto ficam muito mais fáceis de realizar do que individualmente. A nova visão, que chamamos de a segunda onda, é de um cooperativismo de resultados para a pessoa que acredita na cooperativa como ferramenta de seu próprio desenvolvimento, por meio de ações solidárias. A idéia na segunda onda é o cooperativismo mais amadurecido, independente, profissional. Isso deve acontecer em todo o processo, desde a participação do cooperado até o aspecto da gestão.

Quais são os pontos fortes e os pontos fracos desse cooperativismo?

O cooperativismo deixou de ser a via alternativa entre o capitalismo e o socialismo. Agora, ele tem a missão clara de inserir o cooperado, o cidadão comum, na estrutura do mercado globalizado, que é extremamente competitivo, disputado.

— Ele se baseia no comprometimento das pessoas e não no envolvimento delas. As pessoas têm que ter compromissos com a instituição cooperativa, que é delas. Esse é o ponto mais forte. O ponto fraco é que nossa cultura não é dada ao comprometimento. Provavelmente não teremos um grande crescimento no número de cooperativistas comprometidas nessa primeira virada. Temos que trabalhar o comprometimento. Isso é uma mudança que não pretendo que seja cultural, mas uma mudança de atitude das pessoas. Precisamos desse comprometimento para o sucesso de todos

O Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agrícola (Recoop) atendeu ao percentual que se esperava dele?

— O Recoop não surtiu o efeito econômico que as cooperativas esperavam. Foi um projeto bem pensado, mas surgiu como um programa muito mais para atender às necessidades de alongamento da dívida dos agentes financeiros do que para atender às necessidades dos cooperados do ponto de vista econômico-financeiro. O importante no Recoop foi que ele levou as cooperativas a uma grande reflexão e a grandes projetos de reestruturação.

Então o programa não atendeu a seus objetivos?

— Economicamente não. Tivemos 322 cooperativas com projetos aprovados, mas somente 128 delas foram efetivamente atendidas. Os recursos utilizados somaram R$652 milhões, sendo que o maior credor, com quase 50% do volume total, é o Banco do Brasil. Mas o programa foi importante para levar as cooperativas a uma grande mudança de atitude.

Tem havido avanços nos processos de fusão entre cooperativas agropecuárias no Brasil?

— A fusão é outro resultado do Recoop. Com a reestruturação das cooperativas, muitas vezes motivadas pelo programa, as fusões começaram a surgir. Houve um pouco mais de velocidade na região Sul, até pela maturidade, mas o processo já está acontecendo na região Sudeste e será realidade em todo o país. Cada região vai achar seu modelo para isso. Podemos chamar de fusão, aliança estratégica, aglutinação de interesses ou intercooperação. Às vezes, não é necessário nem o processo de formar uma única cooperativa onde havia três ou quatro. É possível continuar com as três ou quatro, mas com atividades econômicas realizadas em conjunto. Nesse caso, a representação política continua individual e isso, às

vezes, é muito importante para evitar mágoas, conflitos.

Esse é, em sua opinião, um dos caminhos do cooperativismo internacional contemporâneo?

— Acho que a fusão é uma das principais alternativas. Esse processo todo, que chamamos de segunda onda, é a grande tendência do cooperativismo. Ele deixa de ser aquela via alternativa entre o capitalismo e o socialismo. Agora, tem a missão clara de inserir o cooperado, o cidadão comum, na estrutura do mercado globalizado, que é extremamente competitivo, disputado. Ele tem que ser inserido e a ferramenta da qual se utiliza é a cooperativa. E ela tem que buscar processo de gestão profissionalizada, visão estratégica, foco no mercado, busca de resultado, não pelo resultado em si, mas porque ele tem que se transformar em melhor qualidade de vida para o associado. A maneira como isso será alcançado é o processo de fusões, de incorporações e, muitas vezes, com o próprio desaparecimento daquela cooperativa, que deixa de ter razão de ser.

A OCB realiza, de 28 a 30 de novembro, em Brasília, o I Seminário Visão Estratégica – Tendências do Cooperativismo Contemporâneo. No seminário, será estabelecida uma agenda para o cooperativismo brasileiro, com a profissionalização da gestão, a formação de redes intercooperativas, o desenvolvimento das organizações cooperativas. O que o senhor espera dessas discussões?

— São elas que vão nutrir nossas ações para o próximo ano. Estamos trazendo à discussão três grandes correntes de visão do cooperativismo. A econômica, a de política da cooperação e a visão da sociologia da cooperação, que é a organização do quadro social. Nesse aspecto estaremos trabalhando a educação cooperativista, a capacitação. Esses são os três grandes temas que discutiremos com debatedores nacionais e internacionais. O resultado do seminário dará a base da estruturação de uma agenda para nosso cooperativismo, para cada uma das reapresentações e para nosso órgão de capacitação, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, tem indicado em seus pronunciamentos que pretende incentivar o cooperativismo como forma de valorizar a pequena produção agrícola. O que o senhor acha desse caminho?

— Fico realizado em ouvir um governante eleito dizer que a ferramenta que considera ideal para a agregação de valor, para o resgate de cidadania, é o cooperativismo. Isso para nós é importante porque são as idéias em que acreditamos, que defendemos. O Lula tem falado disso com muita clareza. Ele e sua equipe têm sido muito abertos em discutir o cooperativismo como um parceiro importante para o desenvolvimento do Brasil. Precisamos ocupar esse espaço, precisamos deixar claro para esse novo governo que o sistema OCB está às ordens, como órgão consultivo, para ajudar a implantar e desenvolver essas idéias. Mas precisamos fazer algumas considerações. A primeira delas é que cooperativa não é uma coisa que se cria, que se implanta. Cooperativismo é quase que um estado de espírito coletivo. Cooperativa nasce da vontade das pessoas de se organizarem para desenvolver algumas ações em conjunto. As cooperativas não devem ser criadas de cima para baixo. Para sua criação tem que haver três pilastras e a primeira delas é a social, a vontade das pessoas. É preciso ter um grupo de pessoas interessadas em que essa cooperativa realmente funcione. A segunda pilastra é a da viabilidade econômica. A terceira é a base ideológica, doutrinária. Isso é construído por meio de lideranças. Se faltar uma pilastra nesse tripé, mais dia menos dia haverá problemas.

Colaborar com o governo Lula é um dever legal. Além dessa obrigação, é mais do que tudo um dever de cidadania do cooperativismo brasileiro se posicionar claramente junto a esse governo como uma ferramenta de desenvolvimento.



O senhor participou recentemente, em São Paulo, da reunião convocada pelo presidente eleito para discutir o pacto social. Está participando da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que vai auxiliar o governo na elaboração de suas políticas. Como será a relação da OCB com o futuro governo?

— Colaborar com o governo Lula é, em primeiro lugar, um dever legal nosso. A OCB é um órgão consultivo de governo, criado por lei. É independente, privado, mas tem a definição clara de ser um órgão consultivo de governo. Além dessa obrigação legal, é mais do que tudo um dever de cidadania do cooperativismo brasileiro se posicionar claramente junto a esse governo como uma ferramenta de desenvolvimento econômico de maneira socialmente justa. Seremos um órgão de apoio ao governo eleito. Estamos dispostos, a qualquer hora, a ajudar na elaboração de projetos com a utilização das cooperativas. Reafirmo, mais do que uma obrigação legal, é uma obrigação de cidadania.

A OCB está lançando um programa destinado ao turismo rural cooperativo. O objetivo é gerar emprego e renda. Essa sugestão também será levada ao próximo governo?

— Quando se fala que vai gerar emprego baseado na agricultura familiar as pessoas estranham. A definição da agricultura familiar no Brasil é aquela que o produtor desenvolve com sua família, sem empregados. Mas quando se agrega renda à agricultura familiar, desenvolve-se um processo de geração de emprego e renda. Se há incentivo para o produtor rural construir um ou dois cômodos em sua casa para receber turistas, ele indiretamente vai gerar empregos. É o transporte, o restaurante, a venda de artesanato, de produtos caseiros. Incentivar a agricultura familiar não quer dizer somente gerar emprego para o produtor e sua família. É movimentar a economia da cidade, da região. Isso é, com ações simples, promover o desenvolvimento regional sustentável.

O senhor tem outro programa que interessa ao governo Lula, o Cooperativas Brasileiras contra a Fome. Como é esse projeto?

— Na realidade as cooperativas têm e sempre tiveram como princípio a preocupação com a comunidade, com o ambiente em que vivemos. Diante disso, começamos a fazer um rastreamento do que as nossas cooperativas estão fazendo pelo interior do país em ações de combate à fome, principalmente as que beneficiam crianças e velhos, em orfanatos e asilos. Essa é a primeira fase do trabalho. Depois vamos desenvolver metas para que essas ações possam ser orientadas e atendam a um maior número de pessoas. Devo dizer que esse é o trabalho que estamos fazendo muito antes de o combate à fome ser uma prioridade de governo.

Esse programa já foi discutido com o presidente eleito?

— Já falamos sobre isso, mas teremos a oportunidade de comunicar oficialmente esse e outros projetos para o combate à desnutrição, à fome e à miséria. Um exemplo é o programa de cultivo de algas no litoral do Nordeste. São comunidades pesqueiras, extremamente pobres e que, em alguns momentos, passam por sérias necessidades, até de desnutrição, por falta de renda. Nosso objetivo é que, onde se esgotaram os bancos naturais de algas, as mulheres dos pescadores possam cultivar as algas, vendê-las e obter renda e ajudar no orçamento da família.

Há também uma sugestão das cooperativas para a distribuição de soja nas comunidades mais carentes?

— Essa é uma idéia das cooperativas de grãos do Mato Grosso do Sul. Elas querem a distribuição de soja em grãos nas comunidades carentes do Nordeste. O Brasil tem grande capacidade na produção de soja, que é um alimento fantástico. O que precisamos é incentivar o seu consumo. É importante que se distribua a soja e que se ensine a forma de usá-la, sem a necessidade de máquinas. Nada de vaca mecânica, que nunca deu certo. Essa será mais uma proposta que levaremos ao futuro presidente.

Como a OCB pretende atuar diante das rodadas de negociações internacionais que se aproximam?

— A diretoria da OCB está investindo na formação de uma equipe preparada para nos dar informações, fundamentos de argumentação para as negociações internacionais. Esse é o primeiro passo. Queremos estar preparados para oferecer a nossos negociadores dados atualizados e completos sobre a situação cooperativista internacional. Acho fundamental que se crie dentro da OCB um centro de excelência, de pensamento ligado à área internacional. Negociar é preciso. Somos a favor de todas as negociações, temos que negociar em todas as comunidades. Não tenho dúvidas de que o Brasil é a noiva da vez. Somos um grande mercado de produção agropecuária e de consumo. Temos um potencial de venda e de consumo fantásticos. E por que devemos casar com os Estados Unidos e fazer a Alca e não casar com a Comunidade Européia? Por que não namorar os dois? Nas negociações internacionais não se pode exigir fidelidade de casamento. Precisamos ter articulações e contatos com todos os grandes blocos.

Quais são as novidades no cooperativismo urbano?

— O cooperativismo urbano é um grande caminho. O cooperativismo teve, nos últimos 100 anos, um eixo extremamente agrorrural. Com a urbanização da sociedade, esse eixo muda de rumo. O fortalecimento do cooperativismo urbano vem como resposta à exclusão social, ao desemprego. Teremos um desenvolvimento muito grande do cooperativismo urbano nos próximos cinco anos, mas esse ritmo de crescimento depende muito das políticas fiscais, das políticas trabalhistas.

A legislação cooperativista atende a essas mudanças?

— Temos proposta de uma nova lei cooperativista há 14 anos em tramitação no Congresso Nacional. Em 1988, foi apresentado um projeto de reforma da Lei nº 5.764, que é a lei do cooperativismo. Existem também três projetos em tramitação no Senado Federal e ainda não tiveram um consenso. A Lei Cooperativista, apesar de boa, está ultrapassada. Ela foi elaborada quando o cooperativismo tinha uma visão extremamente agrorrural, em um outro modelo de governo. Hoje, temos um modelo que essa lei não atende. Outra questão que precisamos destacar é com relação aos tributos. Há deficiência na legislação tributária quanto ao ato cooperativo, as ações realizadas entre o cooperado e sua cooperativa. Como a lei ficou defasada, muitas vezes a Receita Federal e as receitas estaduais tributam as cooperativas de forma injusta. É preciso haver uma reforma tributária urgente, porque hoje a legislação está sendo injusta com as cooperativas.

Áurea Varjão é jornalista. varjao@brturbo.com